



O Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no entretempo 2018 a 2020

The More Literacy Program (PMALFA) in the meantime from 2018 to 2020

Le Programme le plus d'alphabétisation (PMALFA) entre-temps de 2018 à 2020

Elizania Bruno Prado da Silva¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Eliane Damasceno da Silva²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Márcia Regina do Nascimento Sambugari³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O texto apresenta parte do estudo que investigou o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), buscando averiguar o conceito de alfabetização defendido em tal plano bem como o enfoque dado em pesquisas brasileiras que também se voltaram ao referido programa. Numa abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, o trabalho contou com a análise documental do manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento do PMALFA assim como o levantamento de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil e de artigos em periódicos brasileiros. Os resultados indicam uma precarização da educação e uma visão superficial e reducionista do processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Formação. Políticas de alfabetização.

Abstract: The text presents part of the research that investigated the More Literacy Program (PMALFA), seeking to analyze the concept of literacy supported in the program, as well as the focus given in the Brazilian researches which had the purpose of studying the so called program. In a qualitative, exploratory and descriptive approach, the study had the documental analysis of the manual operational's pedagogical guidance system and monitoring of PMALFA and the survey of theses and dissertations supported in post-graduation programs in Brazil and articles in Brazilian journals. The results indicate a precariousness education, as well as a superficial and reductionist view of learning process of reading and writing.

Keywords: Reading. Writing. Training. Literacy policies.

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN). *E-mail:* elizania-02@hotmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6471530551578063>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-4345-1269>.

²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN). Professora coordenadora da Prefeitura de Corumbá, MS. *E-mail:* eliane-79@hotmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2749840674150115>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-1160-5155>.

³Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN). *E-mail:* marcia.sambugari@ufms.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5417556351436964>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-4671-2102>.

Résumé: Le texte présente une partie de la recherche qui a fait des recherches sur le Programme Plus d'alphabétisation (PMALFA), en cherchant à analyser le concept d'alphabétisation qui a été défendu dans le programme, ainsi que l'approche prise dans les recherches brésiliennes qui avait pour objet d'étudier le programme. Dans une approche qualitative, exploratoire et descriptive, l'étude avait une analyse documentaire du manuel opérationnel du système d'orientation pédagogique et le suivi des PMALFA, et le sondage sur les thèses et mémoires soutenues dans les programmes post-universitaire au Brésil et sur les articles parus dans les revues brésiliennes. Les résultats indiquent une éducation précaire, ainsi qu'une vision superficielle et réductrice du processus d'apprentissage de la lecture et de l'écriture.

Mots-clés: Lecture. Écriture. Formation. Politiques d'alphabétisation.

Recebido em: 23 de abril de 2021

Aceito em: 06 de junho de 2021

Introdução

O estudo apresentado neste texto parte da premissa de que a apropriação da leitura e da escrita é essencial na sociedade contemporânea, pois influencia a vida cotidiana, sendo necessário garantir o acesso à aprendizagem, conforme preconizado no Art. 32 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, (BRASIL, 1996), alterado pela Lei nº 11274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006):

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

O processo de aprender a ler e a escrever possui maior ênfase em alunos nas escolas assim que ingressam no 1º ano do Ensino Fundamental. No entanto, eles não estão inseridos em experiências de leitura e escrita apenas quando frequentam a escola, pois, conforme Simões (2000, p. 25), “[...] a criança, mesmo antes de ler e escrever as primeiras letras, já participa ativamente dos processos envolvidos nessa aquisição. Ela percebe, analisa, formula suas hipóteses sobre a leitura e a escrita a que está exposta em seu cotidiano”.

A aprendizagem da leitura e da escrita é complexa, não é simples nem rápida. Consiste numa evolução gradual, cujo tempo varia de acordo com cada indivíduo, pois o ato de aprender apresenta-se distinta ao ser humano, seguindo o seu ritmo e suas particularidades. Há alunos que não conseguem acompanhar seus colegas e podem sentir-se frustrados e desmotivados em relação à escola. Para Soares (2020, p. 11-12):

[...] embora alfabetizados, crianças e jovens, na continuidade de seu processo de escolarização, revelavam incapacidade de responder adequadamente às muitas e variadas demandas de leitura e de escrita nas práticas não só escolares, mas também sociais e profissionais. Reconheceu-se, assim, que um conceito restrito de alfabetização que exclua os usos do sistema de escrita é insuficiente diante das muitas e variadas demandas de leitura e de escrita, e que é necessário aliar a alfabetização ao que se denominou letramento, entendido como desenvolvimento explícito e sistemático de habilidades e estratégias de leitura e escrita. Em outras palavras, aprender o sistema alfabético de escrita e, contemporaneamente, conhecer e aprender seus usos sociais: ler, interpretar e produzir textos.

O indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, mas é necessário também que passe pelo processo de letramento. Para Souza (2008, p. 276) “[...] letramento é, portanto, a condição de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita”. A pessoa letrada é aquela que consegue realizar leituras, interpretações, produções de textos e utilizar a prática da leitura e escrita socialmente.

No entanto, assiste-se, no Brasil, nos últimos anos, a um retrocesso no ensino da leitura e da escrita com as políticas do governo federal relacionadas à alfabetização, que, por meio da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 142 de 22 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018a) criou, em 2018, o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), com a finalidade de “[...] fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2018a, p. 54).

O programa foi instituído considerando a antecipação do fim do ciclo da alfabetização do 3º ano para o 2º ano do Ensino Fundamental, conforme determinação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

O PMALFA traz como um de seus objetivos o seguinte item:

[...] garantir apoio adicional, prioritariamente no turno regular, do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, por um período de cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis, ou de dez horas semanais para as unidades escolares vulneráveis [...] (BRASIL, 2018a, p. 54).

Desse modo, no estudo⁴ aqui apresentado, indagaram-se os questionamentos que seguem: que conceito de alfabetização é defendido no referido programa, considerando a antecipação da consolidação para o 2º ano? O que as pesquisas que abordaram o PMALFA têm apontado?

⁴Esse estudo contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Nessa direção, consta, a seguir, parte da pesquisa que teve como objetivo analisar o conceito de alfabetização do PMALFA, tomando-se, como referência, a discussão de pesquisadores brasileiros, a partir do levantamento de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil e de artigos publicados em periódicos brasileiros. Este trabalho contou também com a análise documental do manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento do PMALFA (BRASIL, 2018b).

Convém destacar que, embora o PMALFA também trate do ensino de Matemática, o presente estudo teve um olhar centrado apenas para a alfabetização e para o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Metodologia

Numa abordagem qualitativa, este trabalho tem caráter exploratório e descritivo por meio do levantamento bibliográfico e da análise documental, pois, conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p. 172), “[...] não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas”. Já a pesquisa documental, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Assim, através da pesquisa bibliográfica levantou-se o que tem sido investigado acerca do PMALFA, com a finalidade de identificar o enfoque dado pelos autores ao programa. Também realizou-se a análise do documento “manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento” (BRASIL, 2018b), buscando verificar o conceito de alfabetização defendido pelo programa.

Para o levantamento bibliográfico, utilizaram-se o Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Portal de periódicos da CAPES, tomando-se os seguintes descritores ‘PMALFA’ e ‘Programa Mais Alfabetização’, sem fazer recorte temporal. Considerando as orientações e cuidados apontados por Vosgerau e Romanowski (2014), as produções localizadas foram classificadas por tipo de produção (teses, dissertações e artigos), ano de defesa ou publicação e por temáticas.

A fim de realizar a pesquisa do “Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento” (BRASIL, 2018b) empregou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016). Dessa maneira, os procedimentos seguiram, portanto, as etapas de pré-análise: a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e da interpretação.

Inicialmente, ocorreu a organização do material a ser analisado. Após selecionado o documento do PMALFA, buscou-se analisar as informações presentes nele. Posteriormente, houve a exploração do conteúdo do documento a partir da organização dos dados encontrados durante a sua análise. Desse modo, elaborou-se a codificação das informações relevantes para a pesquisa. Para Bardin (2016, p. 133):

[...] tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto que podem servir de índices [...].

Assim sendo, houve a escolha por unidades de registro para a análise, procurando os seguintes termos: alfabetização, alfabetizar, letramento, letrar, professor alfabetizador, leitura e escrita. Considerou-se também a frequência em que essas palavras apareceram no documento analisado. Em seguida, realizou-se a categorização, classificando as unidades de registro nas categorias de análise: ‘alfabetização’ e ‘práticas alfabetizadoras’.

De acordo com Bardin (2016, p. 147), categorias são “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”.

Na última etapa, efetivou-se o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, para isso foi desenvolvida a organização de quadros a fim de discutir a percepção dos dados encontrados na análise do documento do PMALFA. Para a autora, “[...] os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos, permitindo estabelecer quadros de resultados que forneçam as informações obtidas pela análise” (BARDIN, 2016, p. 131).

O PMALFA sob o olhar de pesquisadores da área da Educação (2018-2020)

No Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES foram localizados sete estudos compreendendo o PMALFA: seis dissertações e uma tese. Após a leitura das pesquisas, passou-se para a análise, agrupando-as em dois grandes focos de estudo: (i) ‘prática docente’ e (ii) ‘formação docente’. A escolha deu-se pela relevância apontada em cada uma.

O quadro 1, a seguir, apresenta a relação de pesquisas classificadas de acordo com os focos de análise:

Quadro 1- Relação de dissertações e teses sobre o PMALFA organizadas por focos de análise (2019-2020)

Autora/Ano	Tipo*	Título	Foco
Araújo (2019)	T	Trabalho docente, infância e políticas de alfabetização e de avaliação: um estudo sobre a identidade das professoras de 1º ciclo de Belo Horizonte.	i
Silva (2019)	D	O papel da escola pública a partir das vozes dos professores: isto e/ou aquilo?	i
Santos (2019)	D	Profissionalização e profissionalidade docente: as interdependências entre professorado, gestão da escola e equipe gestora do ensino da secretaria de educação de um município do agreste pernambucano.	i
Ribeiro (2019)	D	Contribuições da formação continuada de professores alfabetizadores no contexto do Pacto Nacional pela Idade Certa – PNAIC.	ii
Miranda (2020)	D	Políticas Nacionais de Alfabetização: O Programa Mais Alfabetização no município de Ananindeua-PA.	i
Oliveira (2020)	D	A formação continuada e prática pedagógica: um retrato do programa “Mais Alfabetização” em Teixeira de Freitas-BA	ii
Mancin (2020)	D	Do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) ao programa mais alfabetização (PMALFA): o novo ou tudo de novo?	ii

Fonte: Organizado pelas autoras, a partir do levantamento realizado no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, 2020. *Tipo: T- Tese; D - Dissertação

O foco ‘prática docente’ trata das pesquisas que centraram suas análises na prática pedagógica tanto dos professores alfabetizadores quanto dos assistentes de alfabetização (SANTOS, 2019, SILVA, 2019, ARAÚJO, 2019, MIRANDA, 2020).

Para Santos (2019), o PMALFA é uma política educacional que emerge baseada nos resultados de avaliações como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Esse programa está ligado ao currículo escolar e a aspectos os quais desconsideram as singularidades dos sujeitos e os contextos que podem influenciar no desenvolvimento da leitura e da escrita. Segundo a autora,

[...] programas como PMALFA objetivam mais do que atingir metas quantificáveis de alfabetização. Nas entrelinhas de políticas educacionais como essa, vemos a proximidade com uma perspectiva gerencialista da educação, pois apoiam seu discurso na competitividade e controle burocrático das ações desenvolvidas por gestores educacionais, escolares e principalmente do professorado (SANTOS, 2019, p. 61).

A pesquisa de Silva (2019) centrou-se nas funções dos professores que participam do programa e ressaltou a realização de acompanhamento nas avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática aplicadas aos alunos do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental. A análise do depoimento das professoras desse estudo apontou o seguinte:

[...] há incoerência entre o que se pede nos documentos oficiais e o que as políticas têm implantado, principalmente no que diz respeito à contemplação da ludicidade no processo de ensino. Ainda criticam a falta de acompanhamento na implantação e a ausência de avaliação das políticas implantadas (SILVA, 2019, p. 183).

Outra crítica com relação ao programa refere-se à inclusão de assistentes voluntários de alfabetização sem, necessariamente, terem formação para auxiliarem os professores de turmas de 1º e 2º anos e, por fim, a oferta de formação online aos agentes da escola em detrimento da continuidade das parcerias com as universidades federais a fim de promoverem a formação dos professores. A falta de formação inicial desses assistentes e de formação continuada aos alfabetizadores é destacada como um grande entrave para a qualidade da Educação Pública Brasileira.

Ainda abordando a questão da prática docente no PMALFA, Araújo (2019), em sua pesquisa, destaca que o voluntariado o qual trabalho no PMALFA contribui para o pensamento de que profissionalismo não é o mais relevante no contexto escolar, associando-se à ideia do processo de precarização na educação. A autora alerta para o fato de se criar “[...] uma nova divisão do trabalho na escola, instaurando novas hierarquias e fragmentação do processo educativo. Além disso, tais mudanças têm acometido as relações internas na escola, a fim de se cumprir os objetivos do Programa” (ARAÚJO, 2019, p. 152).

Tal compreensão traz influências na profissão docente, conforme constatado na pesquisa de Miranda (2020), pois o PMALFA não promove transformações nos professores, nos alunos e na comunidade devido à característica de auxílio na promoção de melhorias pontuais pertencente ao programa bem como ao seu caráter reformista. A autora destaca o seguinte:

Programas pontuais não são o suficiente para provocar transformações significativas, pois, não alteram a estrutura do sistema de ensino, já caracterizado neste trabalho: em vias de um projeto de desmonte da educação, que precariza cada vez mais as escolas e submete os professores a um novo perfil de recrutados fabris que devem atender a demandas que, inclusive, extrapolam suas funções. Um projeto que interfere diretamente no trabalho pedagógico, à medida que estabelece, através das avaliações de larga escala os conteúdos que devem e em qual tempo devem ser trabalhados nas escolas (MIRANDA, 2020, p. 152-153).

O foco de análise ‘formação docente’ congregou as pesquisas sobre o programa, voltando seus olhares mais para a formação dos professores (RIBEIRO, 2019, MANCIN, 2020, OLIVEIRA, 2020)

Ribeiro (2019) empreendeu uma análise comparativa entre o PNAIC e o PMALFA enquanto espaço de formação docente a partir da voz de professores que participaram dos

dois programas. Os resultados do estudo apontam para a necessidade urgente de a escola tornar-se lócus de formação continuada a esses profissionais pautada na coletividade, pois chegou-se a conclusão de que as condições, na escola, de trabalho do professor não contribuem para o bom desenvolvimento do PMALFA, observando-se a precisão de valorizar a troca de experiências entre pares de educadores.

Mancin (2020) também realizou um estudo comparativo, verificando as semelhanças e diferenças entre o PNAIC e o PMALFA e evidenciou o seguinte:

[...] o PNAIC e o PMALFA possuem mais similitudes do que diferenças e mais descontinuidades do que continuidades. Assim, o PMALFA é o tudo de novo e que apesar do Programa ter sido implantado em 2018 e implementado nas escolas no mesmo ano, trouxe em seu bojo estratégias dantes buscadas e estabelecidas em programas anteriores (MANCIN, 2020, p. 125).

A autora aponta, que enquanto políticas públicas, os dois programas têm como foco “[...] a formação continuada dos professores alfabetizadores e demais profissionais envolvidos e por meio dessas formações buscar solucionar o problema de “alfabetizar as crianças na idade certa” (MANCIN, 2020, p. 125 – Grifo do autor).

Oliveira (2020), ao investigar o programa, a partir da análise de professores e assistentes de alfabetização durante um encontro de formação realizado no município Teixeira de Freitas, no estado da Bahia, aponta para a necessidade de desenvolver uma formação que seja contínua e em serviço, que mobilize teoria e prática em seu contexto escolar. Dessa maneira, embora seja um programa de caráter nacional, é importante que as redes municipais de ensino garantam uma formação contínua aos professores pautada em suas precisões formativas e o cotidiano escolar. Essa constatação remete ao que Imbernón (2010) defende como formação continuada articulada à realidade escolar dos professores, pois:

[...] não podemos separar a formação do contexto de trabalho, porque nos enganaríamos em nosso discurso. Ou seja, tudo o que se explica não serve para todos nem se aplica a todos os lugares. O contexto condicionará as práticas formadoras, bem como sua repercussão nos professores, e, sem dúvida, na inovação e na mudança (IMBERNÓN, 2010, p. 9).

O estudo de Oliveira (2020) menciona a perspectiva de Ball (1983) acerca da autonomia relativa na apropriação das instituições das políticas em “subverter” o que é proposto e trabalhar a partir da realidade da escola. Assim, acredita-se que, apesar de o programa, da forma como é organizado, conduz a uma precarização do trabalho e da formação docente, é possível que haja mais municípios os quais se tenham organizado de

forma diferente ao proposto pelo programa, e contribuído para a formação dos professores e aprendizagem dos alunos.

Quanto ao levantamento de artigos em periódicos brasileiros, localizaram-se sete artigos no Portal de Periódicos da CAPES, que, a partir da leitura na íntegra, se buscou a ênfase dada a respeito do PMALFA. Após a leitura, esses documentos foram agrupados nos seguintes focos de análise: (i) ‘prática docente’ e (ii) ‘inflexões na Política Nacional de Alfabetização’, conforme sistematizado no quadro 2 a seguir:

Quadro 02: Relação de artigos sobre o PMALFA organizados por focos de análise (2018-2020)

Autoras/Ano	Título	Foco
Mesquita, Rodrigues e Castro (2018)	A política curricular no contexto da inclusão e seus mecanismos de diferenciação curricular.	i
Aranda, Viédes e Lins (2018)	O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como política educacional.	i
Viédes e Aranda (2018a)	Alfabetização da criança brasileira como expressão política: uma análise gramsciana.	ii
Viédes e Aranda (2018b).	O voo da coruja de minerva sobre a Política Nacional de Alfabetização.	ii
Moraes (2019)	Análise do Programa Mais Alfabetização e precarização na formação e trabalho docente.	i
Viédes, Sousa e Aranda (2019)	A concepção de alfabetização em programas federais: tensões e (in)certezas da Política Nacional de Alfabetização (2016-2019).	ii
Sousa, Vidal e Vieira (2020)	Recursos financeiros na escola: visão de diretores em cinco municípios do Ceará.	ii

Fonte: Organizado pelas autoras, a partir do levantamento realizado no Portal de Periódicos da CAPES, 2020.

Os artigos do foco de análise ‘prática docente’ centram as discussões em torno do trabalho do educador, tendo em vista a melhoria do ensino e da aprendizagem no processo de alfabetização (ARANDA; VIÉDES; LINS, 2018, MESQUITA; RODRIGUES; CASTRO, 2018, MORAES, 2019).

Para Aranda, Viédes e Lins (2018), o PMALFA é uma ação que integra a PNA, buscando melhorar a aprendizagem da alfabetização e também elevar, na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), os resultados expostos, que são considerados insatisfatórios em relação a alfabetização dos alunos.

A análise de Mesquita, Rodrigues e Castro (2018) também traz o alerta de que o PMALFA centra-se em conteúdo de caráter abstrato e pouco significativo, com a seleção de conhecimentos e métodos que não envolvem a contextualização e o sentido da linguagem escrita.

Moraes (2019) compreende que o PMALFA possui uma concepção simples e passiva de alfabetização, dificultando uma educação que garanta a emancipação dos alunos e o acesso de conhecimentos conscientes de leitura e escrita.

Já os artigos agrupados no foco ‘inflexões na Política Nacional de Alfabetização’ apontam as contradições quanto ao conceito de alfabetização bem como ao período necessário para que a criança seja alfabetizada (SOUSA; VIDAL; VIEIRA, 2020, VIÉDES; ARANDA, 2018a, 2018b, VIÉDES; SOUSA; ARANDA, 2019).

Sousa, Vidal e Vieira (2020) esclarecem que o PMALFA tem o intuito de fortalecer e apoiar técnica e financeiramente as escolas no processo de alfabetização dos alunos. O apoio técnico é realizado pela seleção de um assistente de alfabetização cuja função é auxiliar o trabalho do professor alfabetizador e o apoio financeiro ocorre por meio de recursos financeiros entregues as escolas que contemplam o programa.

Para Viédes e Aranda (2018a; 2018b), os programas governamentais de alfabetização que compõem a Política Nacional de Alfabetização (PNA) possuem inflexões nas concepções de alfabetização e contradições no entendimento de como e em qual momento deveriam ser avaliadas a leitura e a escrita dos alunos. Tal perspectiva é vista nos programas PNAIC e PMALFA os quais apresentam contradições sobre o ciclo de alfabetização, em que o PNAIC abrange do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental e o PMALFA reduz esse período para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Para Viédes, Sousa e Aranda (2019), o PMALFA é como uma forma de oferta de um sistema de reforço escolar para os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, com um quadro de incertezas devido à mudança de gestão do Governo Federal.

Uma concepção reducionista de alfabetização no PMALFA

Para fins de situar o documento analisado, o ‘Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento’ (BRASIL, 2018b) está organizado da seguinte maneira: primeiramente, há a apresentação do documento, seguido das finalidades e diretrizes do programa. Posteriormente, consta também a forma de execução, competências, atores envolvidos bem como os recursos destinados. Por fim, existem orientações acerca do monitoramento e da avaliação do programa.

A análise do referido documento do PMALFA pautou-se na categoria: alfabetização, a partir do levantamento dos seguintes termos alfabetização, alfabetizar, leitura e escrita, letrar, letramento(s).

O PMALFA foi constituído como uma das ações da Política Nacional de Alfabetização (PNA), visando “[...] fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2018a, p. 54). Apresenta uma preocupação com a prevenção ao abandono, a reprovação e a distorção idade/ano dos estudantes. No documento do PMALFA analisado, foram localizados diversos trechos que expressam a finalidade do Programa, como sendo:

[...] fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização - para fins de leitura, escrita e matemática - dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Para isso, o Ministério da Educação garantirá apoio adicional - prioritariamente no turno regular - do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador. [...] (BRASIL, 2018b, p. 4).

Portanto, o foco do PMALFA é o atendimento a alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental que se encontram em processo de alfabetização, cujo apoio e fortalecimento do ensino se dará pelo auxílio do ‘assistente de alfabetização’ ao professor alfabetizador. Ressalta-se que, embora a Matemática também seja foco de fortalecimento do programa, o estudo apresentado neste artigo, centrou-se na análise da aquisição da leitura e da escrita.

Percebe-se no documento do PMALFA que o programa surgiu devido a uma insatisfação dos resultados de uma avaliação externa que avalia os índices de leitura, escrita e matemática dos alunos, na qual apresenta resultados insatisfatórios em relação a aprendizagem dos conhecimentos avaliados ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O Mais Alfabetização surgiu como uma estratégia do MEC diante dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, criada com o intuito de avaliar o nível de alfabetização dos estudantes, ao fim do 3º ano do ensino fundamental. Tais resultados apontaram para uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática) (BRASIL, 2018b, p. 3-4).

Estabelece-se no documento do PMALFA que “[...] a responsabilidade pela alfabetização das crianças deve ser acolhida como um imperativo ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa” (BRASIL, 2018b, p. 3). Logo, entende-se a importância de garantir o direito a educação e ao ensino da alfabetização a ser ofertado e desempenhado com responsabilidade, em um processo de ensino e aprendizagem que promova o desenvolvimento da formação dos estudantes.

Com a análise do documento verifica-se que não há uma manifestação explícita do conceito de alfabetização defendido e esclarecido no PMALFA, pois o enfoque está no propósito de fortalecer o processo de alfabetização dos alunos através do acompanhamento pedagógico por meio do trabalho entre o professor alfabetizador e o assistente de alfabetização.

Em todo o documento do PMALFA, incluindo as partes em que o termo “alfabetização” é citado, não há uma discussão e reflexão acerca do conceito de alfabetização no programa, sendo assim, não identifica-se uma concepção explícita e aprofundada.

Como não fica evidente o conceito de alfabetização buscou-se localizar os termos leitura e escrita no documento e verificou-se que são associados para expressar o processo de alfabetização. No entanto, somente é indicado termos vagos tais como “habilidades básicas em Língua Portuguesa próprias da alfabetização”. É contemplado no PMALFA uma defesa de leitura e escrita entendida como fundamental para os alunos, entretanto, não é definido de que modo ocorrerá o pleno desenvolvimento do domínio da leitura e escrita e quais seriam as práticas necessárias para tal processo.

Segundo Moraes (2019, p. 124), no PMALFA “[...] trabalha-se com ênfase nas habilidades, competências, procedimentos, formação de atitude e monitoramentos, não se centrando nos conteúdos escolares e em ofertas necessárias à aquisição plena da leitura e escrita”. O programa manifesta uma noção básica e superficial do processo de aprendizagem da leitura e escrita.

O processo de aprendizagem da leitura e escrita dos alunos devem ser estabelecidos em práticas de alfabetização intencionais, pensadas e planejadas criticamente, constituindo-se como uma etapa educacional complexa que demanda ações pedagógicas que propiciem um aprendizado de qualidade aos alunos. Não é apenas ler ou escrever um texto, mas apropriar-se dos sentidos dele, conforme defendido por Soares (2020). É avançar para além da leitura e da escrita superficial de um texto, sendo imprescindível que os alunos compreendam o que estão lendo, os significados do que está escrito e percebam o que a leitura e a escrita representam em suas vidas.

O aprendizado da leitura e da escrita envolve o desenvolvimento de inúmeras capacidades e práticas sociais. Esses conhecimentos influenciam na formação do cidadão, no acesso a informações e compreensão acerca do mundo, da sociedade (SOARES, 2017).

Investigou-se também no documento do PMALFA a presença do termo letramento, no qual verificou-se que é mencionado apenas uma vez, indicando, portanto, uma possível prática alfabetizadora empobrecida, ao dissociar do processo de letramento.

A alfabetização necessita de ações pedagógicas voltadas para a perspectiva do alfabetizar letrando, ou seja, “[...] praticando a leitura e produção de textos reais” (MORAIS, 2012, p. 16).

O letramento surge no documento do PMALFA somente ao mencionar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que envolve esse conceito.

O Programa Mais Alfabetização cumpre a determinação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, quando estabelece que nos dois primeiros anos do ensino fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades, para que os alunos apropriem-se do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2018b, p. 4).

Desse modo, percebe-se, por meio da análise do documento do PMALFA, a falta de termos relevantes como letramento e práticas de alfabetização articulados a ele, não contemplando assuntos pertinentes a alfabetização dos alunos. Empregar práticas de alfabetização articuladas ao letramento se faz necessário, pois, o contato dos alunos com a literatura; diferentes gêneros textuais; produções textuais; leitura de diversos textos e as possibilidades de distintas reflexões e interpretações textuais tornam significativa a aprendizagem para os alunos. Na construção do conhecimento dos estudantes em processo de alfabetização é preciso buscar propostas que oportunizem práticas alfabetizadoras que não sejam superficiais, mecânicas e repetitivas, pois:

[...] a criança se insere no mundo da escrita tal como ele é: aprende a ler palavras com base em textos reais que lhe foram lidos, que compreenderam e interpretaram - palavras destacadas desses textos, portanto, contextualizadas, não palavras artificialmente agrupadas em pseudotextos, não mais que pretextos para servir a aprendizagem de relações grafema-fonema; e aprende a escrever palavras produzindo palavras e textos reais - não palavras isoladas, descontextualizadas, ou frases artificiais apenas para prática das relações fonema-grafema; e ao mesmo tempo vai ainda aprendendo a identificar os usos sociais e culturais da leitura e da escrita, vivenciando diferentes eventos de letramento e conhecendo vários tipos e gêneros textuais, vários suportes de escrita: alfabetizar letrando (SOARES, 2017, p. 350).

Faz-se necessário, portanto, a efetivação de políticas que possibilitem práticas de alfabetização pautadas no letramento, a fim de que os alunos se apropriem do concreto, dos sentidos e significados que a leitura e a escrita possuem socialmente, ultrapassando a visão reducionista apresentada no programa PMALFA.

Considerações finais

Do estudo empreendido acerca da análise da produção acadêmica sobre o PMALFA no Brasil no período entre 2018 a 2020 constatou-se que tanto o trabalho quanto a formação docente são afetados pelo programa, reafirmando uma precarização na educação, pois o programa vem para uma solução imediata aos problemas apresentados pelas avaliações externas com relação a baixa proficiência da leitura e da escrita dos

alunos. Não há uma preocupação em se articular a gestão da escola, a formação dos professores para se buscar resolver o problema.

Quanto a análise documental do programa, os principais apontamentos constatados consistem em não haver um posicionamento explícito suficientemente e devidamente discutido a respeito do conceito de alfabetização. Dessa maneira, essa visão reducionista assumida no documento aponta inflexões, bem como contradições no que se refere a possibilitar uma alfabetização significativa e de qualidade às crianças da escola pública.

Esta pesquisa trouxe contribuições para se pensar a necessidade de se buscar uma alfabetização pautada no letramento, visando uma aprendizagem da leitura e escrita que proporcione o exercício da prática social da leitura e da escrita na escola, de modo que os alunos desenvolvam a habilidade de ler e escrever de forma crítica em diversas situações dentro da sociedade.

Em suma, conforme apontado por vários pesquisadores da área e pela análise documental, o PMALFA não evidencia um programa que de fato contribua para atender as demandas de formação e de trabalho dos professores alfabetizadores, tampouco propicia avanços no processo de aprendizagem dos alunos. Apesar desse panorama verificou-se que um dos estudos analisados, ao focalizar na formação continuada tanto dos professores alfabetizadores, quanto dos assistentes de alfabetização, conseguiu fazer com que os professores repensassem suas práticas. Isso aponta, portanto, para a necessidade de se subverter os programas, no sentido atribuído por Ball (1982), a fim de que se possa garantir uma formação e prática docente voltada para a realidade de cada escola, diante do cenário de descontinuidades provocado pelo governo federal nos últimos anos.

Referências

ARANDA, M. A. M.; VIEDES, S. C. A; LINS, C. P. D. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como política educacional. *Laplage em Revista*. Sorocaba, v. 4, n. 2, maio-ago., p. 40-53, 2018. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/471/716>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24115/s2446-6220201842471p.40-53>.

ARAÚJO, S. C. L. G. *Trabalho docente, infância e políticas de alfabetização e de avaliação: um estudo sobre a identidade das professoras de 1º ciclo de Belo Horizonte*. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31869>. Acesso em: 30 jan. de 2021.

BALL, S. J. *La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar*. Barcelona: Paidós, 1989.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: edições 70, 2016.

BRASIL. Portaria nº 142 de 22 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 23.02.2018, edição 37, seção 1, p. 54-55, 2018a.

BRASIL. *Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento*. Programa Mais Alfabetização. Brasília: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação-Geral de Ensino Fundamental, 2018b.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 22.12.2017, Seção 1, p.41, 2017.

BRASIL. Lei 11274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Poder legislativo: Brasília, DF, 07.02.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm#art3. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Poder legislativo: Brasília, DF, 23.12.1996, Ano CXXXIV, n. 248, seção 1, p. 27766-27841, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artemed, 2010.

MANCIN, R. P. *Do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) ao programa mais alfabetização (PMALFA): o novo ou tudo de novo?* 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9708990. Acesso em: 04 mai. 2021.

MESQUITA, A. M. A.; RODRIGUES, J. R. B.; CASTRO, K. P. A política curricular no contexto da inclusão e seus mecanismos de diferenciação curricular. *Revista Teias*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, out./dez., p-70-88, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/37549>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.37549>.

MIRANDA, M. C. *Políticas Nacionais de Alfabetização: O Programa Mais Alfabetização no município de Ananindeua-PA*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/Mayranda.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MORAIS, A. G. *Sistema de Escrita Alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORAES, A. C. A. Análise do programa mais alfabetização e precarização na formação e trabalho docente. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 5, n. 1, Jan./Jun., p. 109-126, 2019. Disponível em: <http://200.145.171.5/revistas/index.php/RIPPMAR/article/view/8336>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2447-780x.2019.v5.n1.10.p109>.

OLIVEIRA, Paulo Vinícius Brito dos Santos. *A formação continuada e prática pedagógica: um retrato do programa “Mais Alfabetização” em Teixeira de Freitas-BA*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica). Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, ES, 2020. Disponível em: <https://ceunes.ufes.br/>. Acesso em 05 mai. 2021.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://tconline.feevale.br/NOVO/tc/files/o18yhwhw/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

RIBEIRO, D. M. A. *Contribuições da formação continuada de professores alfabetizadores no contexto do Pacto Nacional pela Idade Certa – PNAIC*. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5426>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SANTOS, M. C. X. *Profissionalização e profissionalidade docente: as interdependências entre professorado, gestão da escola e equipe gestora do ensino da secretaria de educação de um município do agreste pernambucano*. 2019. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/36148/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Marcia%20Cristina%20%20Xavier%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SILVA, K. M. *O papel da escola pública a partir das vozes dos professores: isto e/ou aquilo?* 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019.

SIMÕES, V. L. B. Histórias infantis e aquisição de escrita. *Em Perspectiva*. São Paulo, v. 14 n. 1, p. 22 a 28, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9799.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-88392000000100004>.

SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, M. *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. Editora: Contexto, 2020.

SOUSA, E. J.; VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Recursos financeiros na escola: visão de diretores em cinco municípios do Ceará. *Política e Gestão Educacional*. v. 24, n. 1, jan., p. 132-153, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13067>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i1.13067>.

SOUZA, R. A. M. de. Letramento na educação infantil: “quem tem medo do lobo mau...” *Inter-Ação* - Revista Faculdade de Educação. Goiânia, v. 33, n. 2, jul./dez., p. 265 a 279, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5267/4670>. Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v33i2.5267>.

VIEDES, S. C. A.; ARANDA, M. A. M. Alfabetização da criança brasileira como expressão política: uma análise gramsciana. *Revista Diálogos Interdisciplinares GEPPFIP*, v. 2 n. 6, p. 20-33, 2018a. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/9331>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VIEDES, S. C. A.; ARANDA, M. A. M. O voo da coruja de minerva sobre a política nacional de alfabetização. *Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL/UEMS)*, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 37-45, 2018b. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/educacaoculturalinguagem/article/view/2973>.

Acesso em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p773>.

VIEDES, S. C. A.; SOUSA, S. N., ARANDA, M. A. M. A concepção de alfabetização em programas federais: tensões e (in)certezas da política nacional de alfabetização (2016-2019).

REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 4, n. 8, jul./dez. 2019. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6357. Acesso

em:30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol4n8.6357>.

VOSGERAU, D., S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, 165-189, jan./abr., 2014. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso

em: 30 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>.